

A INTERVENÇÃO DO ESTADO NAS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO URBANO – O CASO CURA EM CUIABÁ *

Cornélio Silvano Vilarinho Neto **

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade o estudo da implantação do Projeto-CURA em Cuiabá nos bairros: Quilombo, Araés e Lixeira e as conseqüentes influências da intervenção do Estado nas transformações do espaço urbano.

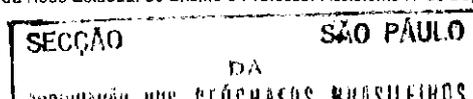
Entre os objetivos gerais e específicos procuramos mostrar:

- As causas que proporcionaram o crescimento urbano de Cuiabá, em ritmo acelerado;
- O caráter privado de todo espaço urbano;
- As propostas do Projeto CURA elaborado e implantado em Cuiabá;
- A verdadeira ação do Estado (Prefeitura Municipal) na implantação do Projeto CURA;
- O aumento do preço da Terra Urbana nas áreas – CURA (antes e depois da urbanização);
- Os reflexos sociais surgidos com a implantação do referido Projeto;
- Que o crescimento urbano de Cuiabá expropria os trabalhadores-proprietários, que em função dos baixos salários e demais rendimentos que conseguem, não têm o "direito" (capitalista) de morar mais nesses bairros que receberam as melhorias do Projeto-CURA;
- através da História, como se deu a expansão da cidade;
- Como Cuiabá só veio experimentar um crescimento em ritmo acelerado a partir da 2ª metade da década de 60;
- através desse crescimento acelerado quais as providências do governo municipal no sentido de orientar a expansão física da cidade;
- como está se processando no momento atual a expansão urbana de Cuiabá;
- a aparência da implantação do Projeto CURA e os resultados reais dessa implantação;

foi essa realidade que nos motivou a estudá-la. E o conjunto do trabalho que ora apresentamos representa o esforço realizado para conseguir entender e explicar todo esse processo e quem sabe, começar a produzir uma geografia que possa ser útil aos trabalhadores.

* Este texto foi extraído da Dissertação de Mestrado "Projeto CURA CUIABÁ: Um Exemplo da Intervenção do Estado nas Transformações do Espaço Urbano", defendida na UNESP – Campus de Rio Claro-SP em 1983.

** Mestre em Geografia – Professor da Rede Estadual de Ensino e Professor Assistente IV do Departamento de Geografia da UFMT.



PRESSUPOSTOS TEÓRICOS – METODOLÓGICOS

A evolução do pensamento geográfico mostra-nos como a relação homem-natureza, a forma de ocupação e de organização do espaço foram objeto de observações e de preocupações desde a antiguidade entre os sábios gregos, bem como entre os pragmáticos escritores romanos e durante toda a Idade Média.

A geografia adquire o status científico com a "Escola Alemã", século XIX, no momento em que o modo de produção capitalista atingia o seu ápice, isto é, entrava na fase imperialista concorrencial.

Sendo o corpo teórico da geografia estruturado sobre as matrizes teóricas do determinismo e do possibilismo duas escolas comprometidas com este modo de produção, a ciência geográfica foi colocada a serviço do poder e essas escolas dominaram todo o pensamento geográfico tradicional.

Mas, buscando as raízes dessa questão, nota-se que a concepção filosófica e metodológica dos geógrafos tradicionais está fundamentada sobre as bases do positivismo lógico formal, que sobre o qual está estruturado todo o pensamento geográfico tradicional, dando-lhe unidade "aparente".

E foi incorporado nessa linha de pensamento até um passado bem recente que se formou a maioria dos geógrafos brasileiros, preparados ideologicamente para produzir conhecimento, numa visão funcionalista, contribuindo dessa forma para o fortalecimento cada vez maior do poder do Estado burguês.

A partir da década de 50, houve uma revolução no campo da Geografia. Acontecia nesse momento o rompimento de grande parte dos geógrafos com as velhas bases da Geografia Tradicional, partindo para a busca de novos caminhos, de nova linguagem, de novas propostas, enfim, de uma liberdade maior de reflexão e criação.

Dessa revolução surgiram duas correntes de pensamento: uma de geógrafos adeptos do Pragmatismo, denominada Geografia Pragmática ou Nova Geografia que no fundo é uma continuidade do pensamento geográfico Tradicional, agora introduzido de novas técnicas mas, conservando a mesma concepção filosófica e metodológica de antes; e a outra de geógrafos adeptos de uma postura crítica, denominada de Geografia Crítica ou Geografia Nova que trouxe para a ciência geográfica atual contribuições importantes e fundamentais a respeito das interpretações, com base na teoria marxista, sobre a organização do espaço.

Mas, realizando uma análise profunda a respeito da revolução no campo da geografia, descobre-se que os objetivos dessa revolução vinham de encontro favorável com o processo de expansão do modo de produção capitalista no pós-guerra, que nesse momento experimentava salto qualitativo passando de seu estágio concorrencial para o estágio monopolista e necessitava projetar espaço para difundir a sua ideologia de desenvolvimento, que continua, na sua essência, um progresso tecnológico, no qual aparece o computador, aparelho que se transformou no melhor instrumento de trabalho dos adeptos da "Nova Geografia". É nesse momento que é introduzida a Quantificação na Geografia com a finalidade de atender as novas necessidades do modo de produção vigente que se encontrava no mais avançado estágio de expansão.

Portanto, a velha geografia estruturada sobre as bases de descrição das inter-relações de fenômenos naturais e sociais, sobre um quadro regional único, não atendia mais o avanço das forças produtivas. Para atender a expansão e

acumulação do modo de produção capitalista era preciso serem elaboradas novas teorias científicas que importassem de outras ciências o instrumento a ser utilizado.

Haja visto que, num curto espaço de tempo, foi produzida enorme quantidade de trabalhos e, transformada em livros, publicados e difundidos pelos países adeptos da Nova Geografia, os quais forneciam avaliações distorcidas e parciais da realidade, porque a finalidade era servir a classe dominante, consciente ou inconscientemente.

Por esse motivo, a afirmação da Nova Geografia nos países de economia capitalista foi de maneira marcante, pois a pesquisa geográfica realizada para atender ao interesse do modo de produção era imediatamente incorporada ao processo de planejamento e os seus adeptos viam nessa valorização da geografia o caminho para torná-la uma ciência útil e aplicada.

Mas, a sua finalidade era mascarar a realidade sócio-espacial travestida de harmônica, de cientificidade e neutralidade aparentes, e ainda por cima, transformar o profissional da geografia num pesquisador alienado, preocupado apenas com a aparência dos fenômenos sociais, sem buscar sua essência; isto por não perceber que o homem e suas formas espaciais não são coisas que podem ser tratadas de um modo neutro, que as diferenciações entre os homens e entre as formas espaciais por ele criadas, através das relações sociais, são fundamentais para se compreender a ação humana através do tempo e do espaço, o qual deve ser visto como locus da produção, reprodução, persistência e mudança da luta das classes sociais ao longo do tempo; tudo isso só pode ser percebido quando se tem a compreensão da totalidade e não uma visão fragmentária e descritiva da realidade.

Quanto à geografia Nova procuramos mostrar que seus adeptos procuraram produzir conhecimento geográfico desalienado do modo de produção, preocupando-se com os problemas sociais e participando ativamente do processo de transformação da sociedade.

Discutindo profundamente a organização do espaço, contribuindo, assim, para o reexame das questões: jornada de trabalho, o uso do solo urbano (objeto de nosso trabalho), habitação, transportes regionais localização industrial e estudos regionais; mostrando o papel do Estado e a sua importância para análise das conjunturas, tendo como principal preocupação a busca de uma "teoria do espaço". Tendo como proposta dar aos profissionais de ciência geográfica uma visão que vá além das aparências. Que irá permitir-lhes a compreensão da organização espacial da sociedade para propor uma organização humana dentro de uma postura crítica da realidade.

Fundamentado nesta visão, mostraremos como vem se agravando cada vez mais a questão urbana, tendo como consequência o crescimento ininterrupto e desordenado dos centros urbanos tanto das grandes como das médias cidades brasileiras, porque sendo a cidade o lugar apropriado para concentração e acumulação de capital, qualquer investimento, seja no plano viário, seja um projeto para a construção de núcleo habitacional ou mesmo programa de desenvolvimento comunitário, torna-se instrumento de intervenção do próprio Estado, na produção do Espaço urbano, conseqüentemente, ocasionando cada vez mais a pobreza urbana principalmente nos países subdesenvolvidos (o nosso caso).

Em consequência, a luta pelo espaço na cidade vem afligindo a classe proletária do espaço rural, que nos últimos anos têm se dirigido à cidade engrossando as fileiras do exército industrial de reserva. Isto porque, a atuação do

capital, tanto nos centros urbanos como no meio rural, intensifica o processo de concentração e centralização de capitais, e cada dia que passa aumenta cada vez mais em ritmo acelerado o exército excedente de mão-de-obra que, a continuar no ritmo em que vai, num curto espaço de tempo esse excedente será maior que as necessidades de exploração do modo de produção capitalista.

A REALIDADE ESTADUAL

A divisão do Estado de Mato Grosso marcou o início de uma nova era para o Estado, que vem mostrando através de fatos concretos não só sua capacidade de sobrevivência, como também sua viabilidade política e econômica.

Falar de um momento, uma conjuntura, na história de um povo é perder muito daqueles que são os fatores condicionantes na vida da comunidade. Por isso, buscou-se sempre que possível, analisar a realidade do Estado referenciada à história da sua ocupação.

A história de ocupação de Mato Grosso é marcada pelo extrativismo mineral, no primeiro momento, e vegetal no segundo momento, sendo esta, a tônica durante longas décadas.

Recentemente, com as necessidades geradas nos mercados de outras regiões do país, vem se desenvolvendo no Estado de Mato Grosso um acelerado processo de ocupação que tem na agricultura e na pecuária a base maior de sustentação.

O processo econômico em ritmo acelerado que ora se desenvolve no Estado tem características peculiares. A intensidade com que se processam as transformações na realidade estadual tem gerado, nas estruturas administrativas financeiras, comerciais e culturais, problemas que exigem soluções cada vez mais rápidas.

Mas neste particular é importante entendermos a política de integração da Amazônia, articulada pelo Governo Federal do regime militar instalado neste país a partir do golpe de 1964 e incorporada pelo Governo Estadual que criou programas especiais para o desenvolvimento daquela região.

A partir da implantação desses programas, o processo de ocupação do Estado intensificou-se em ritmo acelerado. Tanto o setor agropecuário como os núcleos urbanos estão passando por um processo de revalorização. No caso urbano, esse processo tanto se refere ao fortalecimento de suas infraestruturas básicas para abrigar os novos fluxos migratórios, que para lá se dirigem levados pela ideologia capitalista vigente, como também responde às necessidades dos setores produtivos através de uma estrutura de serviços.

Esse desenvolvimento acelerado levou o Estado, no decênio 70/80, a um crescimento de 10% a.a. . Quanto à taxa de urbanização no conjunto da Região Centro-Oeste, o Estado só perdeu para o Distrito Federal.

Mediante esse processo, o Estado foi integrado ao processo de produção e reprodução do capital, tornando-se área de fronteira agrícola.

Como a economia estadual ainda é fraca e dependente da região mais desenvolvida do país, ou seja, o Centro-Sul, os fatores acima mencionados estão contribuindo para a definição de uma economia consolidada em uma certa acumulação do capital que, mais tarde, pensa-se, irá determinar a criação de um setor industrial no Estado.

No conjunto estadual, a micro-região Baixada Cuiabana, na qual se situa o município de Cuiabá, cuja sua sede é a capital do Estado, concentra o maior número de indústrias como também de estabelecimentos comerciais de grande

porte. Na medida em que a estrutura urbana da cidade de Cuiabá se fortalece, ela passa a desempenhar o papel de pólo, satisfazendo assim, não só às necessidades regionais como também as estaduais.

Cuiabá, como centro Político-Administrativo e Econômico do Estado, constitui-se num pólo que exerce influência tanto nas cidades da Baixada Cuiabana como nas demais cidades do Estado. Não só por ser a capital do Estado, mas também por ser a cidade que mais concentra infraestrutura de comércio, serviços e equipamentos sociais.

Quanto à realidade regional, procuramos mostrar, que a ocupação do espaço dessa região é secular correspondendo a todas as fases do povoamento do Estado.

O PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CUIABÁ

A cidade de Cuiabá tem seu marco inicial às margens do córrego Prainha (hoje av. Ten Cl. Duarte), graças a descoberta do maior depósito aurífero do ciclo mineratório, por Miguel Sutil, no leito daquele córrego.

Portanto, o ouro foi a base econômica fundamental na origem da cidade de Cuiabá. Como todas as cidades surgidas nas regiões auríferas, Cuiabá não fugiu à regra. Suas primeiras casas foram erguidas bem junto às catas e durante algum tempo a vida urbana desenvolveu-se nos arredores das lavras marcando, assim, o momento de surgimento de Cuiabá.

As primeiras ruas que surgiram cruzaram-se de qualquer maneira arqueadas ou retilíneas, ajustando-se à topografia do terreno, como ainda se pode observar no núcleo central da cidade.

Segundo os dados históricos levantados para elaboração deste trabalho, observa-se que Cuiabá desde o seu surgimento vem sofrendo a intervenção do Estado na sua expansão urbana.

Haja visto que logo, após a descoberta do ouro no córrego Prainha, o governo constrói o palácio dos capitães gerais, no Largo da Mandioca, induzindo o crescimento do aglomerado urbano nessa direção. Pela historiografia consultada e pelas entrevistas com pessoas que vêm desenvolvendo estudos nesse sentido, a expansão urbana de Cuiabá, no seu 1º século de existência, basicamente limitou-se à área compreendida pela Igreja do Rosário, na época local da mina, Praça Conde de Azambuja, na época Largo da Mandioca, e Praça da República, antiga Praça da Sé.

Sendo que as duas primeiras, limitam-se com as áreas CURA Araés e Lixiera.

Segundo registros históricos das primeiras décadas do século XIX, Cuiabá continuava com a mesma fisionomia da vila fundada na 1ª metade do século XVIII.

Por volta de 1835 veio a acontecer nova expansão urbana; desta feita, na direção do Rio Cuiabá. O governo da Província constrói nessa época o Porto de Cuiabá e instala a Capitania dos Portos; constrói também o arsenal de guerra, a cadeia Pública e a Fábrica de Armamentos (nota-se, tudo isso já era o preparo para a guerra do Paraguai). Com essa edificação o governo promove a ocupação dos terrenos vagos entre o centro e essas novas edificações, produzindo, assim, um novo espaço urbano para Cuiabá.

Cuiabá entra novamente num período de crescimento, na década de 1930, quando o governo do Estado se utiliza dos terrenos vagos da Rua Poxoné, saída da cidade para os municípios de Acorizal e Rosário-Oeste, e constrói o Grande Hotel, o Cine-Teatro Cuiabá, a Secretaria Geral, o Tribunal de Justiça e o Colégio Estadual do Mato Grosso. Todas essas edificações foram inauguradas em 1943 pelo Presidente Getúlio Vargas.

Cuiabá volta novamente a um lento crescimento urbano até a segunda metade da década de 60, quando se desencadeia o processo de crescimento urbano em ritmo acelerado coincidindo direta e objetivamente com a política de incentivo do Governo Federal para a ocupação da Amazônia.

O espaço urbano de Cuiabá mais uma vez sofre a intervenção do Estado em sua expansão. Iniciando-se com a implantação da UFMT no Distrito do Coxipó com a finalidade de beneficiar os proprietários do solo daquela área, com a valorização inevitável dos terrenos em torno da UFMT que mais tarde foram loteados e entregues a imobiliárias da cidade para a comercialização.

Posteriormente à implantação da UFMT, o governo do Estado constitui uma equipe de técnicos para fazer um levantamento na cidade para a escolha do local onde seria implantado o Novo Centro Político Administrativo – CPA.

Foi escolhida a zona norte da cidade; segundo uma entrevista realizada por nós com um dos técnicos dessa equipe, ele justificou a escolha, alegando os seguintes motivos:

- prolongamento natural do centro pela Av. da Prainha;
- ao construir-se um novo núcleo urbano naquele setor da cidade estaria expandindo a cidade da sua parte mais baixa, 145m de altitude, para uma parte mais alta, 245m de altitude, com terrenos mais salubres em relação ao centro, apresentando facilidades para se implantar infra-estrutura com menos gastos para os cofres públicos;
- o centro seria destinado à função comercial, o que, de fato, já vem acontecendo;
- a cidade ganha novos espaços, não só para a edificação da sede do governo, mas, também, para a construção de núcleos habitacionais da COHAB.

No momento atual, o Estado está induzindo o crescimento da cidade nessa direção, dentro da sistemática do processo de segregação, porque a área que foi destinada à construção do conjunto COHAB fica bem distante do centro da cidade e o espaço vazio existente entre ela e a cidade está destinado à construção de alto padrão.

O PROJETO CURA EM CUIABÁ

O Programa de Complementação Urbana – CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada) foi criado pela Resolução do Conselho de Administrativo do BNH, em 27.03.1973 e aprovado pela Resolução da Diretoria do BNH em 31.05.1973. E passou a ser administrado pela Carteira de Desenvolvimento Urbano do BNH.

Segundo a proposta do BNH, ele visa corrigir as distorções que vêm ocorrendo no crescimento das cidades brasileiras, no sentido de orientar e dotar os loteamentos urbanos de melhores padrões de infra-estrutura, isto porque nas cidades capitalistas são poucas as áreas urbanas que apresentam condições de conforto e integração comunitária satisfatória.

Foi nesse sentido que o BNH criou o Programa de Complementação Urbana para promover: a execução integrada de obras de infra-estrutura urbana e comunitária; o adensamento da população urbana nessas áreas a serem beneficiadas; eliminar os investimentos ociosos; racionalizar os investimentos de infra-estrutura urbana e comunitária.

O Projeto CURA caracteriza-se por:

- delimitar o espaço urbano parcialmente habitado para, após a implantação das melhorias necessárias, promover seu adensamento;
- elaborar plano urbanístico para melhorar as condições ambientais, baseado em levantamento físico e sócio-econômico;
- definir e comprovar a viabilidade de execução coordenada das obras essenciais;
- utilizar os mecanismos fiscais e de mercado para consecução dos objetivos do programa.

Os agentes para sua execução, ficando como promotores são: o governo local e/ou empresas públicas ou privadas responsáveis pela coordenação e/ou elaboração do projeto e dos vários subprojetos competentes. Os financiamentos seriam através de instituições financeiras públicas ou privadas para desempenhar a função de Agente Financeiro do BNH ou emprestar recursos do SFH para a execução das obras do Projeto. A execução poderia ser através de empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos.

Foram estabelecidas as condições essenciais para aprovação e obtenção de apoio financeiro ao projeto; era necessário: uma Legislação Tributária que instituisse alíquota progressiva na cobrança do IPTU e atualização dos valores cadastrados dos imóveis urbanos localizados nas áreas beneficiadas pelos projetos CURA; fixar taxas mínimas e máximas de ocupação do solo urbano nas áreas dos projetos CURA; elaborar estudo, demonstrando que havia condições de cumprir as exigências do BNH para a obtenção de recursos para tais investimentos.

Segundo a filosofia do BNH, o programa CURA está estruturado de forma a facultar aos municípios a racionalização do uso do solo urbano, procurando dessa maneira orientar a implantação de infra-estrutura em todo o espaço urbano, no sentido de reter a desenfreada especulação imobiliária que tomou conta do espaço urbano brasileiro nos últimos anos.

Mas, o que está acontecendo nas áreas urbanas onde foram implantados os projetos-CURA é um processo inverso ao proposto pelo BNH. Também não poderia espera-ser o contrário, porque, sendo o BNH parte inerente do nosso modelo econômico, toda a preocupação apresentada pelo Conselho Administrativo desse banco está voltada aos interesses da classe dominante e não para a classe de menor poder aquisitivo. Isto se comprova pelo que vem acontecendo em Cuiabá nessas áreas, que acreditamos ser o mesmo que nas outras cidades brasileiras optantes do CURA; isto é, o processo de expulsão provocado pelo próprio projeto de urbanização porque, após a urbanização, além dos mutuários terem que pagar uma taxa de pavimentação na maioria dos casos exorbitantes, o poder municipal triplica o IPTU atendendo às determinações do próprio BNH. Os habitantes, que na maioria pertencem a classe de menor poder aquisitivo, não suportam tamanha pressão. A única alternativa é vender sua propriedade para aqueles mais abastados que podem pagar caro para morar, transferindo-se para outras áreas urbanas ainda não dotadas de tal benefícios.

Até pode ser que a equipe do BNH se esforce no sentido de encontrar soluções para o problema habitacional brasileiro, só que não consegue escapar da dura realidade.

Isto porque, vivemos numa sociedade de classe estruturada sobre o modo de produção capitalista, o que leva a maioria da população a viver em uma condição financeira precária e ainda por cima enfrentando atualmente o grave problema de desemprego. Sem ter, pois, condições de sustentar o oneroso sistema financeiro de empréstimos com altos juros e a famigerada correção monetária, fruto do tão propagado "milagre brasileiro".

Como o espaço urbano na sociedade capitalista em suas inúmeras dimensões contém relações entre os aspectos espaciais e a dinâmica sócio-econômica, o modo de produção capitalista em última instância desempenha papel fundamental na forma de ocupação e expansão da cidade. A participação do aparelho do Estado na expansão da cidade tem sido de suma importância, uma vez que ele é a peça fundamental no funcionamento dos bens de consumo coletivos.

Mas, inserido nesse contexto, os equipamentos urbanos não são oferecidos uniformemente para toda a cidade; apenas privilegiam as áreas habitadas por pessoas de renda média e alta. Quando as áreas habitadas por pessoas de baixa renda, são dotadas desses equipamentos urbanos, não o são no sentido de proporcionar melhor conforto a seus habitantes e sim no sentido de expulsá-los para ceder lugar àqueles que têm condições de pagar caro para morar, segundo as leis do capital.

Esse processo, que leva grandes fluxos migratórios a Cuiabá tem participado intensamente do inchamento da cidade levando-a, nos últimos anos, a uma taxa de crescimento urbano das mais altas do país. Diante de tal crescimento, toda a área periférica denominada pelos planejadores de "carente" passou a fazer parte da área central da cidade.

Como o poder público alegava falta de recursos para solucionar os problemas advindos desse acelerado ritmo de crescimento, foi buscar tais recursos na esfera federal, para investir na reurbanização dessa área periférica que se constituía num conjunto de vários bairros que, na visão dos donos do poder, eram considerados em condições precárias. Nessa área periférica foram escolhidos vários bairros e agrupados em 05 áreas, das quais três receberam os investimentos urbanísticos imediatos, que são: Quilombo, Araés e Lixeira reurbanizados através do projeto CURA.

E, nessa busca de recursos na esfera federal, o governo municipal foi bater às portas do BNH e lá conseguiu contrair os empréstimos desejados.

Dentre as exigências do BNH, o governo municipal teve que promover um levantamento das características gerais dos bairros que seriam reurbanizados através dos projetos CURA.

Após esse levantamento, foi elaborado um projeto para a implantação do CURA nas áreas escolhidas, no caso: Quilombo, Araés e Lixeira, contendo diagnóstico e propostas setoriais para as três áreas - CURA.

Após analisarmos a proposta do BNH sobre a criação do CURA e a sua implantação em Cuiabá, entendemos que é necessário uma melhor reflexão sobre as propostas dos projetos CURA a serem realizadas em cima das realidades concretas da nossa sociedade para que possamos traçar um paralelo com as propostas "teóricas" do BNH para, sem constrangimento de qualquer natureza, submetê-las à crítica.

A REALIDADE DOS BAIROS: QUILOMBO, ARAÉS E LIXEIRA PÓS-IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CURA

A análise dos dados coletados nos bairros: Quilombo, Araés e Lixeira após a implantação do Projeto CURA deixa explícito que a ocupação do espaço nessas áreas-CURA apresentam diferenças bem marcantes podendo ser explicadas pelo fato das áreas-CURA: Lixeira e Quilombo haverem englobado mais de um bairro. A área-CURA Quilombo era a área menos edificada antes da implantação do CURA; após a implantação do CURA o processo de ocupação da área encontra-se em ritmo mais acelerado em relação as outras duas áreas.

Já a área-CURA Lixeira incorporou o bairro São João dos Lázarus que é uma área ocupada há mais de 12 anos, mas, até o momento em que realizamos a pesquisa, seus habitantes eram proprietários de fato e não de direito, por constituir-se de uma área de invasão, segundo a ideologia do poder.

Mas, cabe lembrar que os moradores que ocupam a área, embora esse processo seja considerado pelos detentores do poder como ocupação ilegal, simplesmente, com a finalidade de escamotear a realidade, essas pessoas chamadas de invasores, nada mais são do que os expropriados do modo de produção capitalista. São desprovidos de qualquer condições financeiras para poder ar, erguerem o seu teto, a sua morada.

Por esse motivo são forçadas, pelas circunstâncias próprias do modelo econômico (capitalista), e sem terem outra alternativa, a ocuparem os espaços não edificados, ditos "vazios", existentes na malha urbana, que aí estão a espera da supervalorização provocada pela especulação imobiliária.

Quanto aos demais bairros, apresentam características semelhantes ao centro da cidade, tanto na topografia como no adensamento populacional, tipos de construção e traçados das ruas.

Nas áreas-CURA, o preço da terra urbana bem como dos aluguéis foram triplicados após a implantação do referido projeto, contradizendo na prática a filosofia do BNH ao instituir o Programa CURA.

A especulação imobiliária processa-se nas áreas-CURA com a mesma intensidade e violência com que vem se processando em todo o espaço urbano de Cuiabá: como não poderia fugir à regra do jogo, a proposta do BNH surgiu inserida na própria ideologia da produção do espaço urbano na sociedade capitalista. A exemplo entrevistamos um proprietário de um terreno que nos disse que antes do asfaltamento do bairro seu terreno não valia 250 mil cruzeiros devido à falta de acesso ao bairro; no momento da pesquisa, ele disse que já havia enfeitado 4 milhões de cruzeiros (45x50). Quanto ao aluguel, nessas áreas qualquer casa triplicou o valor do aluguel e toda vez que uma é posta a disposição do aluguel o é com o preço alterado, provocando dessa maneira a violência da especulação imobiliária nessas áreas.

Um fato importante que constatamos na pesquisa de campo foi que os entrevistados das áreas-CURA foram unânimes na afirmação de que, na época da implantação do CURA, os próprios funcionários da Prefeitura Municipal difundiram a notícia de que o Projeto CURA era de graça, que nenhum morador ia pagar um centavo pelos benefícios recebidos. Entretanto, após dois ou três anos do término das obras, foi emitida a cobrança de taxa de pavimentação e, na maioria dos casos, com o preço exorbitante muito acima das condições financeiras da maioria dos proprietários. No entanto, até o momento da pesquisa, a maioria absoluta dos entrevistados não estava pagando a tal taxa e ainda

afirmavam que não iam pagar porque foram enganados pelo poder. Muitos dos entrevistados diziam que tinham condições financeiras de pagar, mas não o faziam porque as autoridades tinham usado de má fé para com eles, não realizando uma pesquisa para saber se eles estavam ou não de acordo com esses melhoramentos; apenas deixaram espalhar a mentira de que tudo aquilo seria de graça.

Outro fato importante é que o empréstimo contratado pelo governo municipal junto do BNH tem prazo de 20 anos para o repasse das quotas do empréstimo ao BNH, mas este mandou a cobrança para os mutuários, já acrescida de juros, com prazo de 5 anos, nesse caso se todos tivessem cumprido normalmente este prazo de pagamento, o governo municipal ficaria com 15 anos a seu favor, investindo o dinheiro da população. Mas como a maioria absoluta não está pagando, tudo indica que tal fato não irá acontecer.

No entanto, o que está acontecendo em Cuiabá com relação ao Projeto CURA é fato normal no processo de urbanização do Brasil no momento atual, porque, a intervenção do Estado na produção do espaço urbano caracteriza-se pela via da exploração da mais-valia, que nem acontece de imediato, em função das contradições que movem este modo de produção.

O ESTADO COMO INDUTOR DAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS RECENTES.

A discussão da questão do Estado como indutor das transformações urbanas recentes caracteriza-se pela temática de classe no Brasil, vista sob o aspecto das relações sociais que se tecem como parte daquilo que os urbanistas chamam realmente de tecido urbano.

A concentração das atividades econômicas nos centros urbanos conduz a relações interindustriais e economias de escala, atraindo dessa maneira, os investidores em potencial e novas empresas. Estes, por sua vez, pressionam o poder público a financiar ou construir a necessária infra-estrutura e, a partir desse momento, o Estado intervém na produção do espaço urbano, de acordo com a ideologia do modo de produção vigente. No caso brasileiro, estamos vivendo uma reviravolta na política urbana, porque até 25 anos atrás nosso país era essencialmente agrícola e hoje é essencialmente urbano. Por isso, a problemática referida aos problemas sociais brasileiros é apontada, como questão urbana, mas, se refletirmos um pouco mais, veremos que o cerne não está na falta de planejamento urbano, mas sim, na elaboração de uma reforma agrária profunda, não nesses paliativos elaborados até agora.

Somente uma reforma agrária profunda daria condições adequadas ao homem do campo a se fixar no meio rural sem necessitar migrar para os centros urbanos na busca de sua sobrevivência.

É inserida nesse contexto que se encontra a cidade de Cuiabá, que nos últimos anos tem recebido um grande fluxo migratório consequência da expansão do capital do centro-sul do país naquela região, provocando, assim, o processo de expansão urbana em ritmo acelerado e ao mesmo tempo provocando a auto-destruição da área central da cidade com a demolição constante dos velhos casarões que cedem lugar às grandes obras. Como Cuiabá não possui infra-estrutura que suportasse todo esse crescimento urbano em ritmo acelerado, a substituição da infra-estrutura na área central tornou-se no momento atual, um problema crucial.

Mas não só a antiga área central da cidade tem enfrentado problemas dessa natureza; os antigos bairros, antes periféricos hoje incorporados à área central, já começaram a passar por esse tipo de reforma, a exemplo das áreas-CURA Quilombo, Araés e Lixeira, reurbanizadas através do Projeto - CURA com recursos oriundos do BNH, nessa reurbanização propalada pela ideologia do modo de produção capitalista. Nos bairros dessas áreas seus habitantes formam uma massa humana totalmente expropriada, cuja comprovação é visível pelos próprios tipos de moradia existentes na área. Todo esse quadro humano, que antes de mais nada merece todo o nosso respeito, está refletindo no reluzente asfalto das ruas.

Será esse quadro caótico comum no espaço urbano brasileiro, que são as "melhores condições de vida" proporcionadas pela urbanização? Porque foi esta a realidade nua e crua revelada em nossa pesquisa realizada nas áreas-CURA da cidade de Cuiabá.

Tudo isso é o uso e abuso do poder que está implantado nesse país, com leis absurdas sendo aprovadas por decurso de prazo e transformando no processo que garante os detentores do poder, os dirigentes maiores do país.

Parece, portanto, estar comprovada a tese de que o poder público local dá sustentação ao poder público estadual e federal, tendo seu teatro de operações no processo de extração da renda da terra, através da especulação imobiliária.

Assim, a nova forma urbana que surge em Cuiabá é praticamente produto da ação do Estado na transformação-reorganização do espaço urbano. De um lado, os projetos CURA interessando à valorização através da "recuperação" das chamadas áreas carentes, ontem periferias da cidade. De outro, o processo de construção dos conjuntos habitacionais, localizando-os estrategicamente, para servir de "viveiro" de mão-de-obra para a indústria ou para o próprio serviço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado sobre a implantação do Projeto-CURA em Cuiabá, revela que o caráter de urbanização não trata apenas das melhorias urbanas nem tão pouco de proporcionar melhores condições de vida a seus moradores. A presença dessas melhorias provocou nas áreas urbanizadas um maior adensamento populacional. E os moradores que para lá se dirigiram não o foram no intuito de ocupar apenas espaços não edificados, ditos "vazios", mas sim, a procura de espaços urbanizados e com sua "arma em punho" (dinheiro), de forma pacífica/violenta, expulsando aqueles que pelos "objetivos" do CURA deveriam permanecer nessas áreas.

Como a cidade é fruto da divisão social do trabalho e nossa sociedade como um todo tem sua base estrutural fundamentada no modo de produção capitalista, onde as transformações sociais estão associadas com as transformações na produção, de modo nenhum podemos pensar estas transformações sem levar em conta o processo que as manipula, que é articulado a nível internacional e não se dá como um processo normal de desenvolvimento.

Pois, o desenvolvimento deste processo está no processo de expansão das relações capitalistas, que são relações de exploração, para que seja possível a reprodução do capital em escala ampliada.

Entretanto, o modo de produção capitalista é contraditório em seu processo de expansão, e ele nada mais é do que a transformação das relações sociais; e estas significam relações de produções materiais e a cidade desempenha um papel essencial nesta transformação de acordo com os múltiplos usos do solo urbano.

Tais condições se expressam na expansão urbana de Cuiabá em ritmo acelerado no momento atual, pois sua área urbana extrapolou a área antes chamada de "periferia", fazendo com que esta se tornasse rapidamente parte da área central da cidade. E aí estão localizados os bairros que foram urbanizados pelo Projeto CURA: Quilombo, Araés e Lixeira. Assim, a implantação do Projeto CURA em Cuiabá está quase que totalmente vinculada à intervenção do Estado, na produção de um novo espaço urbano para a cidade para, assim, dar continuidade ao processo de crescimento do capitalismo, porque é no espaço urbano que este modo de produção produz e reproduz sua força de trabalho.

Portanto, a questão urbana é e será, sem dúvida, alvo de reivindicações e, ao invés de restringir-se a reivindicações de melhoramentos isolados dentro do espaço urbano, voltados aos interesses do Estado, deve ganhar um conteúdo político mais amplo, inserindo-se num projeto de uma nova política habitacional fundiária e urbana, uma nova sociedade, discutida e elaborada pela sociedade como um todo, que habita esse espaço urbano, ou seja, por organizações e movimentos de base territorial e sindical, para que assim não possa cair no ciclo vicioso da ideologia capitalista que é construir habitação, a casa própria, em loteamentos periféricos, que reproduzem o espaço urbano de uma forma que só interessa ao modo de produção e de pensar capitalista.

RESUMO

Este trabalho analisa a intervenção do Estado em bairros da área central de Cuiabá, através do Projeto CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada). Enfatiza as formas pelas quais o poder local, com financiamentos obtidos do B.N.H., na busca de "corrigir as distorções" da urbanização, propicia o aumento do preço da terra e a consequente expulsão dos antigos moradores desses bairros.

ABSTRACT

This paper analyses the State action in central urban quarters of Cuiabá by the CURA Project (Urban Community for Quick Recuperation). It also shows how local powers, with financing of the National Bank of Housing, increases urban land prices and thus expelling ancient tenants.

RÉSUMÉ

Cet article fait l'analyse de l'intervention de l'État dans des quartiers de la région central de Cuiabá, par le Projet CURA (Communauté Urbaine pour la Récupération Accélérée). L'accent est mis sur les formes par lesquelles le pouvoir local arrive à hausser le prix de la terre ce qu'a comme résultat l'expulsion des anciens habitants de ces quartiers.